



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade
Secretaria de Inovação e Micro e Pequenas Empresas
Subsecretaria de Inovação e Transformação Digital
Coordenação-Geral de Digitalização e Economia 4.0

ATA DE REUNIÃO

ATA da 2ª Reunião Plenária Ordinária de 2022, do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI), realizada em 22 de novembro de 2022, às 10:00, em ambiente híbrido presencial/virtual.

Abertura da 2ª reunião plenária ordinária de 2022 pelo Presidente do GIPI e Secretário-Adjunto da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade (SEPEC/ME), Marcelo Dias Varella, dando as boas-vindas aos membros do Grupo, ao Presidente do INPI e representantes das instituições da sociedade civil.

O Secretário expressou a alegria de estarem reunidos para tratar de uma política de estado que foi elaborada num governo, publicada e implementada em outro e agora seguirá sendo implementada neste terceiro governo que assumirá em 2023. Em nome do GIPI reiterou o compromisso com a ENPI (*Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual*), a qual deverá seguir conforme planejada e com a possibilidade de ter suas ações previstas priorizadas conforme agendas governamentais, sem prejuízo de uma visão integrada e de continuidade, conforme diretrizes, objetivos e metas gerais previstas no Decreto 10.886/2021, com vigência até 2030.

Boas-vindas às instituições da sociedade civil aprovadas para o próximo mandato de 2 anos no GIPI

O Presidente do GIPI deu as boas-vindas às instituições da sociedade civil aprovadas para o próximo mandato de 2 anos no GIPI.

Anúncio da aprovação do Acordo de Haia no Congresso Nacional

Foi informado pelo Secretário Varella que ocorreu a aprovação no Congresso Nacional do Acordo de Haia para o reconhecimento internacional de Desenhos Industriais.

Palavras do Dr. Cláudio Furtado, Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)

O Presidente do INPI destacou os esforços para a aprovação do Acordo de Haia no Congresso e pediu as providências necessárias para que sua internalização seja feita ainda este ano. Falou dos compromissos operacionais com a OMPI para adotar o IPAS/DI. O processo para ratificação do Acordo está atualmente na Casa Civil, que deverá encaminhá-lo ao MRE. O MRE se comprometeu a verificar se o processo já chegou à DAI/MRE. O Presidente do GIPI lembrou que o ME não intervém nesse processo porque não há impacto orçamentário. O Presidente do INPI destacou também o programa de apoio à comercialização de propriedade intelectual da FINEP e afirmou que essa é uma política pública 4.0. Nunca antes houve tal forma de ativismo na promoção da comercialização de ativos intelectuais. Ressaltou o projeto sendo coordenado pelo ME para o uso da PI como fonte de financiamento. Disse ainda que a automatização do fluxo de patentes está em dia, e é executado via TED pelo MCTI. Por fim destacou que se não houver concurso para o INPI em 2023 o risco do backlog retornar é grande.

Candidatura do Sr. Leontino Taveira ao cargo de Secretário-Geral Adjunto da UPOV

Luciano Mazza, representante do MRE, destacou a candidatura do Sr. Leontino Taveira ao cargo de Secretário-Geral Adjunto da UPOV - União para a Proteção das Obtenções Vegetais (Órgão vinculado à OMPI). Afirmou que a organização tem uma sobre-representação de países desenvolvidos. O Secretário-adjunto é o chefe da UPOV, pois o diretor é o mesmo diretor da OMPI. Historicamente os secretários foram sempre europeus. O Brasil, em trabalho conjunto entre MAPA e MRE, apresentou a candidatura do Sr. Leontino, que ocupa posição na UPOV desde 2012. O processo deve se concluir em março. A força da candidatura do Leontino é expandir a representatividade de países em

desenvolvimento na UPOV, destacou. A representante do MAPA enfatizou o apoio do órgão à candidatura.

Apresentação do relatório de monitoramento semestral da ENPI

A representante do Ministério da Economia comunicou que no último mês de agosto, a ENPI completou um ano desde o início da sua execução. Informou que semestralmente são produzidos relatórios de monitoramento da execução da ENPI, destacando as principais entregas realizadas. As entregas mais recentes são parciais, de projetos ainda em curso, como por exemplo: 1. Apresentação de relatórios importantes de mapeamento para direcionar novos projetos e programas; 2. Implementação de projetos piloto de baixa escala; 3. Realização de eventos de divulgação e conscientização em PI; 4. Capacitações em diferentes áreas da PI; 5. Construção de redes de especialistas para ampliação dos projetos piloto; 6. Melhorias nas estruturas e processos internos do INPI; 7. Produção de material em linguagem simples para diferentes públicos; 8. Guias e campanhas de combate à pirataria; 9. Projetos de estímulo à geração e comercialização de patentes verdes. Afirmou que em breve será publicado o relatório de revisão de 12 meses de implementação, o qual visa identificar necessidades de ajustes nas ações e respectivas iniciativas originalmente planejadas. Foi contratada consultoria em parceria com a OMPI para apoiar esta revisão de 12 meses, a qual poderá demandar publicação de nova Resolução do GIPI, no caso de haver ajustes no nível das ações, ou simplesmente revisar as entregas, sem necessidade de publicação. A consultora entregou parte do produto final dia 16/11, o qual será compartilhado integralmente com os demais membros do GIPI, para que, então, seja elaborado e publicado o relatório final de revisão de 12 meses.

Apresentações dos principais trabalhos em curso na ENPI

a. Apresentação dos trabalhos do Grupo Técnico de Normativos

A Sra. Natália Ruschel, Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual do ME, introduziu os trabalhos dos Diálogos Técnicos e passou as palavras para os respectivos coordenadores na ordem da apresentação. Foi dito que os diálogos estão na etapa de formulação e fundamentação das propostas, e que deverão concluir os trabalhos até o fim deste ano. O GIPI receberá as propostas, os relatórios, para reconhecimento e eventual deliberação sobre os encaminhamentos relacionados às propostas, as quais poderão ser consideradas pertinentes ou não pertinentes ou indicadas para serem mais aprofundadas, a depender da análise dos relatórios e da possibilidade de consenso. Além, claro, da conveniência e oportunidade.

- No Diálogo sobre Marcas 1, coordenado pela ABPI, está se buscando aperfeiçoar o sistema de caducidade. A principal causa é que não existe um sistema de revisão periódica de registro de marcas não usadas e isso só ocorre quando há uma petição de algum terceiro interessado em processo de caducidade. Está em construção um consenso pra que seja obrigatório ao titular do registro marcário apresentar uma declaração simples de uso periodicamente, entre outras soluções para garantir que nas renovações e prorrogações esta atualização seja feita.
- No Diálogo Técnico Marcas 2, coordenado pelo INPI, existe algum consenso para que exista uma revisão do formulário de oposição pra incluir um resumo executivo obrigatório para que isso possa facilitar o exame. Não houve consenso na proposta que o INPI adotou de retribuição única para todo o sistema de propriedade industrial. Houve um dissenso no caso por parte das entidades da sociedade civil para esse grupo.
- No Diálogo Marcas 3, coordenado pelo INPI, o primeiro problema está na clareza da aplicação do inciso sétimo do artigo 124, que é relativo à vedação de registro de expressão de propaganda. Há uma necessidade também de atualizar as regras relativas ao direito de precedência por uso anterior, de acordo com o que está consolidado na jurisprudência.
- No Diálogo Técnico de Desenhos Industriais, coordenado pelo INPI e ANPEI, foram identificados problemas com falta de clareza quanto à possibilidade de revisão de pedidos de desenho industrial. O grupo conseguiu formar consenso para a alteração da lei para previsão de revisão de forma voluntária durante a fase de pedido, como uma resposta, exigência técnica ou como defesa em sede de nulidade.
- O Diálogo de Patentes 1, coordenado pelo INPI, tem se discutido o escopo de patenteabilidade, especificamente os Arts. 10 e 18 da LPI. A discussão está centrada na elegibilidade de invenções relacionadas a seres vivos não humanos, suas partes e material biológico, mesmo que isolados da natureza e passível de aplicação industrial ou modificados por intervenção humana. Não há consenso sobre propostas para este grupo.
- Em Patentes 2, coordenado pela FarmaBrasil e CropLife Brasil, o Diálogo se subdividiu em 2 grupos, para organizar aqueles participantes que têm interesses mais comuns para elaborar e evoluir com a discussão das propostas relacionadas à emenda de pedidos e à divisão de pedidos. Não há propostas de consenso, um grupo defende maior restrição no uso da emenda e da divisão de pedidos, enquanto o

outro grupo defende ampliação do uso das emendas e divisão dos pedidos ao longo do processo de exame de patentes.

- O Diálogo Patentes 3 está sendo coordenado pelo Ministério da Economia. O objetivo desse diálogo era discutir originalmente a questão de um mecanismo de compensação no prazo de vigência das patentes em caso de atraso administrativo do INPI para concessão das patentes. Na construção do problema foi ampliado seu escopo de trabalho e o problema identificado foi a demora no processo de exame de patentes. É consenso que para prevenir a volta do *backlog* no INPI seria preciso avançar no sentido de uma autonomia financeira e administrativa no órgão, porém não há consenso quanto a um normativo que compense o prazo de vigência em caso de atrasos no exame.
- Sobre o Patentes 4, coordenado pela ABPI e FORTEC, o Sr. Gesil Amarante relatou que se tem discutido alguns problemas relacionados ao baixo índice de patenteamento nacional. A questão da inexistência de uma política de formação e capacitação em propriedade intelectual mais ampla, mais abrangente no Brasil, é uma das causas identificadas, assim como os atrasos administrativos no exame de patentes que desestimulam o depósito. Entre as propostas em discussão destaca-se a possibilidade de prever em Lei a obrigação de depósito nacional de patentes resultantes de projetos de P&D financiados com recursos públicos.
- No grupo de Outras Disposições da LPI, coordenado pela ABPI, representante do ME relatou que a discussão é mais horizontal, pois abrange mais de um direito de PI. O grupo tem consenso sobre o problema da rigidez de algumas situações como o arquivamento definitivo, bem como uma certa falta de harmonia de prazos e uma certa defasagem tecnológica do processo administrativo do INPI. Propostas estão em discussão no sentido de se revisar as situações de arquivamento e, eventualmente, alguns prazos, bem como ampliar a comunicação com o depositante e aprimorar formas de pagamento.
- Sobre o Diálogo de Contratos 1, coordenado pelo INPI, houve consenso e avanço em propostas pontuais e de curto prazo mais urgentes para a melhoria dos procedimentos de registro e averbação, apesar de não ter sido explorada a mais a fundo a questão da função do processo de averbação e registro de contratos de licença, cessão e transferência de tecnologia, a qual ficou para um segundo momento.
- O Diálogo Contratos 2 é coordenado pelo Ministério da economia e identificou como problema o limite de dedutibilidade e suas condições sobre transações de ativos de PI. Houve algum consenso sobre a não aplicação de limites de dedutibilidade, porém não há consenso sobre a obrigação de registro ou averbação de contratos como condição para dedução. O Diálogo acompanha e concorda que este tema precisa estar alinhado a qualquer proposta da RFB de revisão da regulamentação de preços de transferência para adequação aos parâmetros da OCDE,
- O Diálogo Contratos 3, coordenado pela ABPI, dedica-se a discutir a questão das patentes essenciais a um padrão tecnológico. As discussões estão em estágio inicial em razão de não haver legislação prévia sobre o tema e de ser necessária melhor compreensão a respeito da caracterização e das consequências das patentes essenciais para a inovação e difusão tecnológica.

Sobre a discussão do Diálogo Técnico Patentes 3, o Presidente do GIPI, Secretário Varella, destacou que o Ministério da Economia tem tratado do tema e já aventou duas formas de solução para viabilizar a "autonomia financeira" do INPI, as quais precisariam ser aprofundadas. No entanto, houve resistência a ambas as formas aventadas internamente no ME em função de questões de carreira do INPI e de falta de consenso sobre competências dentro de uma eventual nova estrutura de INPI. Entre as formas aventadas para desvincular o INPI do orçamento da União seria transformá-lo em empresa pública. O Sr. Gesil, representante do FORTEC, também levantou a hipótese utilizada por universidades de constituir-se fundação de apoio, que possuem orçamento desvinculado do tesouro. Em resumo, o problema da demora do exame de patentes e a solução por uma proposta que permita com que o INPI possa reinvestir os recursos que arrecada, bem como contratar mais pessoas com certa autonomia, parecem ser consenso entre os membros do GIPI e as instituições da sociedade civil. Não houve encaminhamentos ou deliberação sobre este tema na ocasião da reunião plenária, mas o estudo de uma proposta que viabilize esta questão segue na pauta dos trabalhos do GIPI.

b. Apresentação dos trabalhos do Grupo Técnico e do Diálogo Técnico de Indicações Geográficas

O Coordenador-Geral de Indicações Geográficas do MAPA destacou que, em síntese, entre outros temas relevantes, o Diálogo Técnico tem se dedicado à definição dos conceitos de IG no Brasil, como são estruturados e a ordem de gênero e espécie no caso de indicação de procedência e denominação de origem. O grupo considera os conceitos legais no Brasil

não estão próximos aos adotados por TRIPS e que há ausência da previsão legal que permita o INPI estabelecer requisitos para o registro. Outro tema discutido é a regulamentação do uso de indicação geográfica como ingrediente em outros produtos.

O Grupo Técnico para Controle e Rastreabilidade de Indicações Geográficas por sua vez tem se dedicado a avaliar possibilidades de arranjos institucionais para maior garantia dos sistemas de controle das indicações geográficas no Brasil. O Grupo já entregou dois relatórios e está trabalhando na elaboração de proposta de organização institucional.

Processo de elaboração do próximo Plano de Ação 2023-2025

A representante do ME informou que no início do ano que vem será iniciado o planejamento do Plano de Ação 2023-2025 da ENPI, seu segundo Plano. Afirmou que, para esse trabalho, será necessário o engajamento e a participação de todas as instituições interessadas na agenda de PI, não apenas de governo, mas também da sociedade civil. Algumas tarefas que precisarão ser realizadas nesse processo são: identificar ações que devem ser continuadas para serem aprofundadas ou porque não foram concluídas no primeiro plano; priorizar novas ações previstas na ENPI para serem executadas no segundo Plano; mapear outros projetos e programas que possam ter sinergia e contribuir para o avanço da ENPI; mapear e articular parcerias para a execução de ações em maior escala e complementares entre si; e definir metas para os próximos 2 anos.

Encaminhamento Finais

O Presidente do GIPI parabenizou a todos os participantes e equipe técnica pelo trabalho realizado e, encerrando a reunião, afirmou que o desafio atual é decidir como encarar as divergências nas discussões. Entende que uma possibilidade seria encaminhar relatórios técnicos ao GIPI das discussões, os consensos e os dissensos, os riscos e as sensibilidades para que os temas sejam encaminhados para decisão nos níveis ministeriais dos membros do GIPI ou presidencial.

Anexos:

1. Pauta;
2. Lista de Presença;

JACKLINE DE SOUZA CONCA

Secretária Executiva do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual

-----X-----

ANEXO 1 – PAUTA DA 2ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2022

1. Abertura da reunião
2. *Boas-vindas às instituições da sociedade civil aprovadas para o próximo mandato de 2 anos no GIPI*
3. *Palavras do Dr. Cláudio Furtado, Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)*
4. *Anúncio da aprovação do Acordo de Haia no Congresso Nacional*
5. *Candidatura do Sr. Leontino Taveira ao cargo de Secretário-Geral Adjunto da UPOV*
6. *Apresentação do relatório de monitoramento semestral da ENPI*
7. *Apresentações dos principais trabalhos em curso na ENPI*
8. *Processo de elaboração do próximo Plano de Ação 2023-2025 (organização e propostas a partir do início de 2023)*
9. *Encaminhamento Finais*

ANEXO 2 – LISTA DE PRESENÇA

ÓRGÃO	NOME
ME	Marcelo Dias Varella
ME	Jackline de Souza Conca
ME	Maycon David Stahelin
ME	Natália Semeria Ruschel
ME	Felipe Augusto Machado
ME	Miguel Carvalho
ME	Andrea Stelet
ME	Stenio Moraes
ME	Dinelma Castro
CASA CIVIL	Ana Maria Melo Neto
CASA CIVIL	Rachel Sobral
CASA CIVIL	Ricardo Vieira
CASA CIVIL	Lídia Kazue Sato
MAPA	Sibelle Silva
MAPA	Cleber Soares
MJSP	Silvana Silveira
MJSP	Rodrigo Roca
MMA	Aryane Martins Fraga
MMA	Jose Renato Barcellos Ferreira
MMA	Iguaci Silva
MRE	Luciano Mazza
MRE	Maximiliano Arienzo
MRE	Leonardo Santana
MCTI	Marcos Pinto
MCTI	José Afonso Cosmo Júnior
MTur	Silvana Demartini de Oliveira
MTur	Thiago Maciel Costa Oliveira
MS	Luciene Ferreira Gaspar Amaral
MS	Luciene Fontes Bonan
MCom	Daniel Brandão Cavalcanti
MCom	Wilson Diniz
INPI	Cláudio Furtado
INPI	Ana Paula Pinto
INPI	Wladimir Lara
INST. SOC. CIVIL	NOME
ABPI	Gabriel Leonardos
ABPI	Luiz Montauri
ABPI	Gustavo de Freitas Moraes
ABAPI	Álvaro Loureiro
ASPI	Daniel Adensohn
MPA	Felipe Senna
MPA	Andressa Pappas
Grupo FarmaBrasil	Adriana Diaferia
ABIAIDS	Felipe Carvalho
ABIAIDS	Alan Rossi
Aprosoja Brasil	Fabício Rosa
Aprosoja Brasil	Sidney Pereira de Souza Junior
Aprosoja MT	Thiago Bras Rocha
ABIFINA	Antonio Bezerra
Internet Lab	Alice Lana
FORTEC	Gesil Amarante
Croplife Brasil	Arthur Gomes
Croplife Brasil	Maria Silveira
ANPEI	Lilian Amaral
ABRAPA	Márcio Portocarrero

ICC	Louis Lozouet
ICC	Danielle Berini
ProGenéricos	Telma Salles
ProGenéricos	Carla Oliveira
CNI	Samantha Ferreira e Cunha
CNI	Janaína Stein
CNA	Tiago Pereira
ANPEI	Lucas Macedo
ABEIN	Júlia Paranhos
ABEIN	Ricardo Torres
Grupo Farmabrazil	Guilherme Reis Souza
Grupo Farmabrazil	Laura Maldonado
Sindusfarma	Rosana Mastellaro
Sindusfarma	Nelson Mussolini
Interfarma	Ana Carolina Cagnoni
Interfarma	Rodrigo Cruz
Câmara E-NET	Arthur Teodoro



Documento assinado eletronicamente por **Jackline de Souza Conca, Diretor(a)**, em 29/12/2022, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **29712637** e o código CRC **7FD21025**.